Procuradoria estuda ações 92 contra escolas

O procurador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias do Consumidor, Marco Antônio Zanellato, estuda a possibilidade de ingressar com ações para anular cláusulas de contratos de mensalidades escolares deste ano. A medida, segundo ele, será tomada contra escolas que desrespeitarem a lei 8.170 e os critérios de livre negociação, previstos na medida provisória que criou a URV.

“O valor das mensalidades tem de ser definido em acordo entre escola e pais de alunos”, disse Zanellato. Para ele, é preciso que os pais se conscientizem dessa necessidade. “No caso de a regra ser desrespeitada, os pais podem procurar associações para ingressar com uma ação contra escola.” A medida, segundo Zanellato, é uma opção para os pais que temem entrar na Justiça com medidas individuais, o que poderia provocar uma represália contra o aluno.

Para ele, a sentença do juiz da 11ª Vara Cível da Capital, Antônio Teixeira da Silva Russo, que anulou as cláusulas dos contratos firmados em 91 entre pais de alunos e o Colégio Arquidiocesano de São Paulo, abriu um precedente importante. “A tendência é de que decisões semelhantes sejam tomadas nos casos de contratos celebrados em 92 e 93.” O presidente da Associação Intermunicipal de Pais, Máuro Bueno, é da mesma opinião. O colégio Arquidiocesano já apelou contra a sentença. “A decisão deve sair em seis meses”, informou. Ele acredita, no entanto, que o Tribunal de Justiça confirme a sentença do juiz da 11ª Vara Cível.

O assessor especial do Ministério da Fazenda, Milton Dallari, solicitou ontem às associações de alunos de São Paulo confirmação das denúncias de que duas universidades e uma escola do Estado aumentaram suas mensalidades em 12,5% acima da inflação. Dallari informou que recebeu uma “informação precisa” de que houve o aumento e precisa “checar os dados” com as associações.